

Centro: Licenciaturas

Curso: PG - Educacao

Título: INTENÇÕES E AÇÕES EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL À LUZ DO IDEB.

Autores: Rosa, M.P.

Email: efelisberto@yahoo.com.br **IES:** UNESA

Palavra Chave: Avaliação Educação Leg. Educacional Pne Pde Ideb

Resumo:

O presente trabalho teve como objetivo geral investigar as intenções e as ações em uma escola pública de Ensino Fundamental à luz do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), localizada em Duque de Caxias, município da baixada fluminense, estado do Rio de Janeiro. O desenvolvimento da pesquisa obedeceu a uma abordagem qualitativa e quantitativa de análise de dados, por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários com perguntas abertas junto à diretora de educação básica da Secretaria Municipal de Educação da rede caxiense, uma professora, uma orientadora educacional, uma orientadora pedagógica e a diretora da escola. Foram analisados os seguintes documentos da escola em questão: o projeto político pedagógico, o diário de classe e os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e da Prova Brasil em 2005, 2007 e 2009. Os achados do estudo trouxeram, por um lado, evidências já constatadas na literatura nacional: o rendimento escolar ruim; o significativo percentual de distorção-idade série; a pouca interação escola e família; o indicativo falta de tempo, formando barreiras à ampliação de ações para melhoria da aprendizagem escolar em sala de aula; as turmas numerosas; o deslocamento de casa para a escola de difícil acesso para a maioria dos alunos, entre outros. Por outro, evidenciamos intenções e ações para melhoria do desempenho escolar nas proficiências Língua Portuguesa e Matemática, por meio do Plano de Suporte Estratégico (Plano de Ação), ratificado pelo Conselho Escolar mediante Plano de Ações Financiáveis do PDE Escola, desenvolvidos em efetivo trabalho escolar coletivo. Ademais, a pesquisa tornou possível identificar na Resolução CNE/CEB n. 5/2010 que fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica Pública, alguns dispositivos que se cumpridos a rigor pelas secretarias de educação de todos os entes federados, poderão desenhar um novo quadro para a qualidade da educação básica pública.